



**Os Impactos do Agronegócio e a Resistência da Agricultura Familiar
Camponesa na Chapada do Apodi - Ceará**
*The Impacts of Agrobusiness and the Family Farming Resistance in Chapada do
Apodi - Ceará*

OLIVEIRA, Maria José Alves de Freitas¹; Oliveira, Camila Freitas de²

¹ Universidade Estadual do Ceará - UECE, mazelimoeiro@gmail.com.br; ² Universidade de Fortaleza
- UNIFOR, camilaoliv7@gmail.com.br

Eixo temático: Agrotóxicos e Transgênicos

Resumo: A ampliação do agronegócio na Chapada do Apodi em Limoeiro do Norte-Ce, promove mudanças profundas na configuração socioespacial da região numa lógica de apropriação do território camponês, causando a desterritorialização e impondo novas formas de organização da produção e do trabalho no campo. Baseado no uso intensivo de agrotóxicos prejudica a saúde da população, contamina o meio ambiente, os alimentos e a água. Esse processo tem repercutido na cultura local e impactado no modo de vida das populações dos espaços urbanos e rurais. A agricultura familiar camponesa numa relação de coexistência com o agronegócio, vive um campo de disputa e através de práticas político-educativas desenvolve estratégias de resistência em defesa dos seus modos de produção e de vida. Na Chapada do Apodi identifica-se como resistência a ocupação da área de 1.702,83 hectares, em maio de 2014, situada na 2ª etapa do Projeto Público de Irrigação Jaguaribe Apodi, onde está localizado o Acampamento Zé Maria do Tomé, e a opção pela agroecologia. São lutas sociais para reafirmação da agricultura familiar camponesa num contexto de enfrentamento ao modelo hegemônico do agronegócio. Nesse contexto, considerou-se relevante investigar os impactos do agronegócio e suas implicações na realidade objetiva da agricultura familiar camponesa da Chapada do Apodi, no município de Limoeiro do Norte, e os entraves que inviabilizam a consolidação de uma agricultura de base ecológica. Este trabalho teve como objetivo analisar os impactos do agronegócio na Chapada do Apodi e identificar as estratégias de resistência da agricultura familiar camponesa no seu enfrentamento. Na pesquisa de campo, utilizou-se entrevistas semiestruturadas, observação participante e oficina de Agroecologia.

Palavras-chave: agroecologia; práticas educativas; agrotóxicos.

Keywords: agroecology; educational practices; pesticides.

Introdução

Os impactos do modelo de produção agropecuária pautado no uso intensivo de agroquímicos tem sido objeto de trabalhos de pesquisadores (as) das mais diversas áreas do conhecimento. Em referência a esses impactos na Região do Baixo Jaguaribe no Ceará, em especial na Chapada do Apodi em Limoeiro do Norte, destacamos os estudos da médica e professora Raquel Rigotto que pesquisa sobre agrotóxicos, meio ambiente e saúde, juntamente com outros (as) pesquisadores (as). Na Chapada do Apodi, os agrotóxicos aliados aos transgênicos ampliam as condições de contaminação do meio ambiente e das populações. Nesta região, a inserção de empresas nacionais e multinacionais do agronegócio facilitadas por programas



governamentais de âmbito federal e estadual, ampliam suas áreas de monocultura com destaque para a exploração da fruticultura irrigada para exportação.

Neste território, antes habitado em sua maioria por famílias de agricultores tradicionais com cultivos de culturas alimentares e utilização da força de trabalho familiar, o avanço do agronegócio promove mudanças na configuração socioespacial da região, numa lógica de apropriação do território camponês causando a desterritorialização e impondo novas formas de organização da produção e do trabalho no campo. Esse processo tem repercutido na cultura local e impactado no modo de vida das populações dos espaços urbanos e rurais. A agricultura familiar camponesa numa relação de coexistência com empresas do agronegócio, vive um campo de disputa e desenvolve estratégias de resistência em defesa dos seus modos de produção e de vida. São lutas sociais para reafirmação da agricultura familiar camponesa num contexto de enfrentamento ao modelo hegemônico do agronegócio.

Nesse contexto, considerou-se relevante investigar os impactos do agronegócio e suas implicações na realidade objetiva da agricultura familiar camponesa da Chapada do Apodi, no município de Limoeiro do Norte, e os entraves que inviabilizam a consolidação de uma agricultura de base ecológica.

Este trabalho teve como objetivo analisar os impactos do agronegócio na Chapada do Apodi e identificar as estratégias de resistência da agricultura familiar camponesa no enfrentamento ao agronegócio.

Metodologia

O ambiente de investigação contempla o Projeto Público de Irrigação Jaguaribe Apodi e as comunidades do entorno.

Na pesquisa de campo utilizou-se entrevistas semiestruturadas com um (01) agricultor que detém o lote dentro do Projeto Jaguaribe Apodi e uma (01) agricultora e um (01) agricultor que residem e trabalham no Acampamento Zé Maria do Tomé, ocupação da agricultura familiar camponesa dentro do Projeto.

A observação participante permeou todo o processo de imersão no ambiente de investigação, nas Reuniões dos (as) agricultores (as) do Acampamento Zé Maria do Tomé, do Grupo de Trabalho (GT) do Acampamento e Oficina de Agroecologia, e Audiências Públicas, com o objetivo de registrar as falas, os gestos e os silêncios.

Na Oficina de Agroecologia intitulada “Construindo a Transição Agroecológica”, da qual participamos na facilitação do processo utilizou-se metodologia participativa com o uso da ferramenta Mapa da Comunidade, no Passado e no Presente, na visão dos (as) participantes dos grupos formados por agricultores (as) e jovens da Comunidade, a partir dos quais procurou-se analisar os impactos do agronegócio na Chapada do Apodi e suas implicações na realidade concreta da agricultura familiar camponesa. Utilizou-se também a ferramenta Painel de Visualização, construído pelos grupos,



com os Passos para a Construção da Transição Agroecológica a partir do qual procurou-se identificar os desafios para a construção deste processo e as estratégias de resistência da agricultura familiar camponesa no enfrentamento ao modelo hegemônico do agronegócio.

Resultados e Discussão

O estudo mostra que nas últimas décadas do século XX e início do século XXI no Ceará, os programas governamentais de desenvolvimento rural, de âmbito federal e estadual favoreceram a implantação de infraestrutura de suporte às empresas do agronegócio, facilitando sua ampliação (OLIVEIRA, 2016). Em relação a incentivos fiscais sobre produtos agroquímicos, o governo estadual do Ceará, autorizado pela cláusula terceira do Convênio ICMS 100/97, elaborou o Decreto Nº 24.569, de 31 de Julho de 1997, que determina a redução em 100% da base de cálculo da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS sobre produtos agrotóxicos. Além disso, há o Decreto 8.950/2016, o qual, no seu artigo 1º, ao aprovar a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), concede a isenção total do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para substâncias agrotóxicas, uma vez que essa tabela lhes atribui a alíquota zero.

Custa destacar que, a despeito da existência desses dispositivos, no Supremo Tribunal Federal (STF), tramita a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) de nº 5553, impetrada pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), no data de 29 de junho de 2016, que solicita a declaração da inconstitucionalidade das cláusulas primeira e terceira do Convênio ICMS 100/97 e dos dispositivos da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI) prevista no Decreto 7.660/2011, foi revogado pelo Decreto 8.950/2016, o qual manteve, contudo, praticamente o mesmo teor do texto revogado.

A referida Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), faz parte da luta da agricultura familiar camponesa que através de práticas político-educativas demanda pautas que influenciam em ações como esta impetrada pelo PSOL, que foi concebida através de Audiências Públicas na Assembleia Legislativa do Ceará, demandadas pelas organizações dos agricultores (as) da Chapada do Apodi.

As análises identificam que um dos mais fortes impactos do agronegócio na Chapada do Apodi é o uso indiscriminado de agrotóxicos, inclusive por pulverização aérea, que prejudica a saúde da população, contamina o meio ambiente, os alimentos e a água. O comprometimento das águas subterrâneas da Chapada do Apodi está comprovado no Relatório Final do Plano de Gestão Participativa dos Recursos Aquíferos da Bacia Potiguar, na porção relativa ao Estado do Ceará publicado pela Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará – COGERH, em outubro de 2009. Esse relatório divulga o monitoramento de resíduos de agrotóxicos realizados em poços na Chapada do Apodi, em Limoeiro do Norte, onde foram identificados princípios ativos de agrotóxicos. (RIGOTTO *et al*, 2011). A agricultura familiar da Chapada do Apodi e suas organizações lutam pela lei proibitiva da aplicação de pulverização aérea na região.



Os resultados mostram o uso de variedades de sementes transgênicas, de características BT e HT, principalmente na cultura do milho, nas áreas do agronegócio. Com tipos de plantas que contêm substâncias tóxicas que podem continuar ativas no solo, por períodos ainda mais prolongados em solos argilosos (MELGAREJO, 2013), como se caracterizam os solos da Chapada do Apodi. No acampamento Zé Maria do Tomé, os agricultores (as) não utilizam sementes transgênicas e lutam pelo resgate das sementes crioulas, encontrando-se num processo inicial de criação do banco dessas sementes.

O estudo mostra que nas novas formas de organização da produção se identifica a modalidade de “parceria” que consiste numa aliança do empresário do agronegócio com agricultores (as). Na “parceria”, o empresário se utiliza da produção do (a) agricultor (a) para suprir a demanda do seu mercado, orienta o pacote tecnológico, vende os insumos e ainda cobra uma taxa de 10% de toda a produção obtida por ter assegurado o destino da sua produção. Nesta modalidade, o empresário se apropria do mercado e se aproveita do trabalho, da terra e da produção do (a) agricultor (a), se constituindo num acentuado processo de subjulgamento e dependência.

Mas, num contexto de enfrentamento ao agronegócio a agricultura familiar camponesa da Chapada do Apodi reage e desenvolve práticas educativas através de oficinas, reuniões, semanas, seminários, audiências públicas, e marchas que se caracterizam como formas das pessoas se expressarem, protestarem ou reivindicarem direitos (GOHN, 2011). São práticas educativas que se constituem em espaços de aprendizagem que leva a reflexões sobre a realidade na qual estão inseridos (as), num processo de formação que contribui para romper com a consciência ingênua e construir uma consciência crítica que faz se sentirem sujeitos do processo de transformação dessa realidade (FREIRE, 2008). São práticas político-educativas que contribuem para estratégias de resistência da agricultura familiar camponesa na busca de sua reprodução.

As análises identificam estratégias de resistência da agricultura familiar camponesa que se concretizam na luta constante pela terra. No caso da Chapada do Apodi, a ocupação de uma área de 1.702,83 hectares, em maio de 2014, situada na 2ª etapa do Projeto Público de Irrigação Jaguaribe Apodi, onde está localizado o Acampamento Zé Maria do Tomé, viabiliza a construção do Território Camponês Irrigado, com foco na agroecologia.

Nessa área, os (as) agricultores (as) acampados (as) desenvolvem sistemas de produção agrícola com o cultivo de consórcios de culturas alimentares, hortas caseiras, quintais produtivos, hortos de plantas medicinais e criação de pequenos animais, com menor dependência de insumos externos. Identifica-se experiências destes sistemas de produção agrícola também nas comunidades do entorno do Projeto Jaguaribe Apodi. São sistemas de produção pautados num conjunto diversificado de culturas agrícolas integradas com a criação animal e redução do uso de agroquímicos que se caracterizam como sistemas alternativos com base ecológica (CAPORAL; COSTABEBER, 2007).



Nesse sentido, a opção da agricultura familiar camponesa da Chapada do Apodi pela Agroecologia se caracteriza como resistência à medida que rompe com o modelo monocultor e predatório do agronegócio. No entanto, os fatores resultantes do modelo do agronegócio inibe o alcance de níveis de transição agroecológica. De modo que o modelo degradador do agronegócio impõe restrições que dificultam o avanço da agricultura de base ecológica.

Conclusões

A ampliação do agronegócio na Chapada do Apodi, em Limoeiro do Norte-Ce, facilitada pelas benesses do Estado, seu deu numa lógica de apropriação do território camponês e acentuou o desmatamento da região com a implantação de grandes áreas de monocultura irrigada. O uso intensivo de agrotóxicos contaminou o meio ambiente e prejudicou a saúde das populações da Chapada e das comunidades do entorno. Numa relação de coexistência com empresas do agronegócio, a agricultura familiar camponesa vive um campo de disputa entre opositores e através de práticas político-educativas em articulação com outros atores sociais cria estratégias de resistência que objetivam sua (re) territorialização e a defesa de seus modos de produção e de vida.

Referências bibliográficas

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. **Agroecologia e Extensão rural: contribuições para a promoção de desenvolvimento rural sustentável**. 3. ed. Brasília: MDA/SAF/DATER-2007.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 47. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2005.

GOHN, M.G. (Org.). **Movimento social no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

MELGAREJO, L. Entre a miopia destrutiva e a resiliência construtiva: dez anos de transgenia e agroecologia no Brasil. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, Porto Alegre, v. 6, n. 1/2, p. 67-70, jan./nov. 2013.

OLIVEIRA, M. J.A.F. **Educação, trabalho e resistência da agricultura familiar camponesa na Chapada do Apodi-Ceará**. 131f. Dissertação (Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação) – Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2016.

RIGOTTO, R. et al (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe, CE**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.

XI CBA
Congresso
Brasileiro de
Agroecologia

Ecologia de Saberes:
Ciência, Cultura e Arte na
Democratização dos
Sistemas Agroalimentares

UFS

47^o
REUNIDOS
2019



BRASIL. Presidência da República. Decreto 8.950. Aprova a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8950.htm. Acesso em: 05 jul. 2019.

BRASIL. Governador do Estado do Ceará. Decreto 24.569. Consolida e regulamenta a Legislação do Imposto Sobre Operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS). **Diário Oficial do Estado do Ceará**. Ceará, 1997. Disponível em: https://www.legiscenter.com.br/minha_conta/bj_plus/direito_tributario/atos_legais_estaduais/ceara/decretos/1997/decreto_24569_de_04-08-97.htm. Acesso em: 05 jul. 2019.